

“PRÓLOGO” A DESCARTES SEGUNDO A ORDEM DAS RAZÕES*

MARTIAL GUÉROULT

Nota: A monumental obra de Martial Guérout é das mais sólidas e seguras, pela lucidez, rigor e erudição; das mais discutíveis pela pretensão à verdade dos textos. Daí o justificável mal-estar de seus leitores; sejam os mais desgostosos e céticos perante um autor que diz tudo sobre os textos analisados, sejam os mais jovens, incumbidos da árida tarefa de enfrentar os difíceis textos do professor francês.

Pouco usual, a tradução e publicação de um prólogo justifica-se antes de tudo por ser, além da abertura de um livro há muito clássico, programa sucinto, direto e combativo da maneira gueroutiana de manejar os textos dos grandes pensadores, particularmente os do Grande Racionalismo. Não bastasse isso, é preciso assinalar o forte laço ainda hoje existente entre M. Guérout e o Departamento de Filosofia da USP: tanto pelas aulas que em vida o professor proferiu em São Paulo quanto pelo estudo de suas obras, que formaram e formam não poucos de nossos professores.

O fato de ainda hoje as análises extremamente técnicas de Guérout não terem perdido o interesse e seu método permanecer entre nós como propedêutica e objeto de discussão (veja-se, por exemplo, o texto inédito de Bento Prado Jr. publicado nesta revista) é prova do vigor de sua obra. Esta resistência ao tempo é sinal de que, gostemos ou não, um autor se nos tornou indispensável.

Finalmente, cabe informar que a tradução ora apresentada é o primeiro fruto de um projeto de tradução, a partir do francês, de mais de uma dúzia de livros de filosofia. Do projeto participam alunos de graduação e de pós-graduação do Departamento de Filosofia da USP.

(H. S.)

“Desconfiar daqueles jogos de reflexão que, sob o pretexto de descobrir a significação profunda de uma filosofia, começam por negligenciar a sua significação exata” — esta máxima de Victor Delbos foi constantemente a nossa, enquanto escrevíamos a presente obra. Ela subordina o “compreender” ao “explicar”



Entretanto, é no texto, e não na embriaguez dos demônios, que a filosofia, não sendo de modo algum vão delírio, pretende descobrir a chave do enigma proposto pela obra dos grandes gênios. E esse texto, será preciso explicá-lo.

O historiador dispõe, a esse respeito, de duas técnicas: a crítica propriamente dita e a análise das estruturas. A crítica (problema das fontes, das variações, evoluções etc.) foi amplamente exercida a propósito de Descartes: todos conhecem os notáveis trabalhos de Gilson, Gouhier, Laporte e outros. Ao contrário, a análise das estruturas não foi tentada o bastante. Léon Brunschvicg exerceu, por vezes, a força de espírito que nele se reconhece. Mas seu ponto de vista, comandado pela apologia tanto da inteligência e quanto da ciência matemáticas, permanece extrínseco. Para ele, trata-se menos de pôr a nu as estruturas demonstrativas e arquitetônicas da obra do que dissociar, como por meio de um reagente químico, dois elementos incompatíveis e hostis: o arcaico e o vivo; de fazer a separação entre o bom trigo do pensamento moderno, científico e criador, e o joio dos conceitos mortos, herança do “gramatical”; em suma, opor o Descartes ideal ao Descartes real.

O que intentamos aqui é a análise objetiva das estruturas da obra, especificamente das *Meditações*, que contêm o essencial da metafísica cartesiana. A descoberta de tais estruturas é capital para o estudo de toda filosofia, pois é por meio delas que se constitui seu monumento sob o título de *filosofia*, em oposição à fábula, ao poema, à elevação espiritual ou mística, à teoria científica geral, ou às opiniões metafísicas. Tais estruturas têm o caráter comum de serem demonstrativas, qualquer que seja a via escolhida, racional ou irracional. Sempre se trata de um processo de validação. Essa demonstração combina os meios lógicos com os meios arquitetônicos. A arquitetônica é o que aproxima a obra filosófica da obra de arte. A arquitetônica das belas artes, porém, concerne à simples possibilidade material da obra e à sua ação sobre a sensibilidade estética do sujeito. A da obra filosófica visa a inclinar ou a constranger a inteligência do sujeito a um juízo de ratificação relativo à verdade do ensino doutrinal.

Sem insistir nessa questão da qual trataremos em outro lugar, convém notar que Descartes, mesmo excomungando inteiramente a história da filosofia, no entanto, aqui e ali, em particular em sua carta a Voët, formulou excelentes regras de bom senso, as quais devem se impor a todo historiador: por exemplo, este princípio segundo o qual

“o que há de importante e de útil nos livros dos gênios superiores não consiste nestes ou naqueles pensamentos que deles é possível extrair; o fruto precioso que encerram deve brotar do corpo inteiro da obra”²

Sobre essa questão, justamente, Descartes tem verdadeiro horror a “pensamentos separados” E é bem evidente que, no que lhe concerne, o conflito das interpretações provém em boa parte do esforço para *epilogar*³ o texto e proceder a golpes de referências disjuntas, as quais podem provar isto ou aquilo, o branco ou o preto. Tanto mais que os mesmos termos têm um sentido diferente, e até oposto, segundo o lugar em que se encontram na cadeia das razões. Basta negligenciar esse lugar para que as aberrações possam tomar livre curso. Pleiteia-se, sem dúvida, as diversas interpretações, alegando o temperamento do intérprete, sua situação existencial etc.: “Cada um com sua verdade” Seja! Porém, a verdade do sujeito que interpreta nos é perfeitamente indiferente, salvo quando se trata de algum pensador excepcional (Hüusserl, Brunschvicg, Jaspers etc.), de quem desejamos conhecer antes de tudo as reações pessoais. Ordinariamente, é a verdade de Descartes que reclamamos quando abrimos um livro sobre Descartes. Quanto ao juízo de Descartes sobre esses enfoques contraditórios, ele seria dos mais claros. Para ele, tais enfoques só poderiam ser falsos: “Todas as vezes em que dois homens têm sobre a mesma coisa um juízo contrário, é certo que um deles se engana. Mais que isso, nenhum deles possui a verdade, pois, se tivesse um enfoque claro e nítido, poderia expô-la a seu adversário de tal modo que acabaria forçando sua convicção”⁴.

Não deixa de ocorrer que cada um continue a proclamar que somente o seu Descartes é o correto, e com tanto mais força quanto mais falsificado ele foi. É infinitamente pouco provável, de outro lado, que algum dia um intérprete consiga, como deseja Descartes, “forçar a convicção de seu adversário”, pois aqui se trata de uma matéria em que a imaginação sempre corre o risco de obscurecer o enfoque do entendimento. Por isso, em vez de reivindicar para si, — o que é humano, porém derrisório —, a exclusividade da verdade,

² Carta a Voët, VIII, B, p. 41. (Todas as nossas referências remetem, salvo indicações em contrário, à edição Adam-Tannery).

³ O termo é de Descartes, ou, ao menos, de seu tradutor Clerselier (segunda edição das *Meditações*, 1661): ele verte a expressão latina *in singulas tantum clausulas argutari* (*Med.*, Praefatio, VII, p. 9-10).

⁴ Regula 2, *Regulae* X, p. 363.

seria preferível interrogar-se inicialmente sobre seu método, para ver se ele é conveniente. Seria posta, ao menos, uma questão cartesiana, visto que, segundo Descartes, um método ruim nos afasta infalivelmente do verdadeiro, ao passo que um bom nos conduz a ele infalivelmente, exceto, bem entendido, os erros de aplicação inerentes à natureza humana.

Ora, parece que uma vez satisfeitas as exigências da crítica histórica, o melhor método seja, no caso, analisar as estruturas da obra. Recomendável para todas as filosofias, aqui tal análise parece particularmente necessária. A filosofia cartesiana se quer rigorosamente demonstrativa. Seu autor não cessa de repetir que segue a ordem dos geômetras, que não há boa demonstração em filosofia que não seja matemática, que sua obra não pode ser captada por aqueles que não têm o espírito matemático. Salta aos olhos, por conseguinte, que é preciso se esforçar para compreender tal filosofia por meio de suas demonstrações, e tais demonstrações segundo o espírito matemático. Logo, é preciso antes de tudo pôr a nu essa *ordem das razões* que, aos olhos de Descartes, é a condição *sine qua non* do valor de sua doutrina: “Jamais aconselharei ninguém”, escreve ele, “a [...] ler [meu livro], se não àqueles que quiserem meditar seriamente comigo. Mas para aqueles que não se preocuparem muito com a ordem e com a ligação de minhas razões [*rationum mearum seriem et nexum comprehendere non curantes*], eles se divertirão ao epilogar cada uma das partes como muitos fazem. Estes, digo, não terão grande proveito na leitura deste tratado”⁵.

Ora, o cuidado com esse *nexus*, com essa *series rationum* não aparece na maior parte dos comentadores. Mesmo intérpretes que, como Hamelin, parecem seguir a ordem, vêem nela somente uma sucessão biográfica e não um encadeamento racional; na realidade, só fazem observar a sequência simplesmente cronológica das matérias. A maior parte dos demais críticos só faz considerar em separado, ou por turnos, as diversas matérias: *A Liberdade em Descartes*, *O Pensamento em Descartes*, *Deus em Descartes* etc. Ora, trata-se ali de um modo de proceder que repugna tanto ao espírito quanto à letra da

⁵ *Meditações*, Praefatio, VII, p. 9-10. “Não se poderia desejar nada mais em matéria de filosofia, se não poder oferecer uma demonstração matemática” (A Mersenne, 30 de agosto de 1640, III, p. 173, l. 15-18). “Tudo deve ser deduzido com tal evidência que isto poderá valer como uma demonstração matemática”, embora ele “suponha que os leitores de seus escritos [...] ao menos [...] têm o espírito apropriado para compreender as demonstrações matemáticas” (*Princípios*, II, art. 64).

doutrina. “Proceder por matéria não é bom”, diz Descartes, “senão para aqueles cujas razões *estão separadas*”⁶. É impossível, por esse meio, “provar bem”⁷.

A precisa restituição da ordem permitirá fixar, de modo não menos preciso, a significação profunda da doutrina e revelará aspectos amiúde ignorados. Nossa intenção, todavia, não foi produzir a todo custo algo de novo, mas sim, algo de exato. O banal, para nós, vale mais que o inédito, se um é verdadeiro e o outro é falso. Nossas conclusões são, na maior parte das vezes, favoráveis à idéia tradicional que se teve de Descartes. Aqui será reencontrado aquele que, tendo ganho cinco ou seis batalhas decisivas da inteligência, nos diz estar seguro de ganhar duas ou três outras, as necessárias para a realização de todos os seus desígnios⁸. Será reencontrado o pensador de granito que, a respeito de angústia, não conhece outra que não seja a da verdade; supondo que seja possível chamar de angústia a vontade inflexível e a certeza inteiriça de a descobrir. Não lhe será feita a injúria de o liqüefazer nos complexos de ansiedade, culpabilidade e outras psicastenias ao gosto do momento. Este profundo monumento, sólido e geométrico, como um fortaleza construída ao modo de Vauban, não poderia evidentemente agradar a todos os nossos contemporâneos. A verdade histórica é o que ela é. É preciso fechar os livros de história se ela vos choca. Evitar-se-á, em todo caso, travesti-la para torná-la agradável. É o conselho que nos dá Descartes para todas as espécies de verdade, inclusive para aquelas que concernem a nós mesmos: “De modo nenhum aprovo que se trate de obter algo nutrindo falsas imaginações. Por isso, vendo que é uma perfeição maior conhecer a verdade, ainda que seja para nossa própria desvantagem, em vez de ignorá-la, confesso que mais vale ser menos alegre e ter mais conhecimento. Além disso, ao ter mais alegria, não é sempre que se tem o espírito mais satisfeito; as grandes alegrias, ao contrário, são

⁶ O grifo é nosso.

⁷ Carta a Mersenne, 24 de dezembro de 1640, III, p. 266-267.

⁸ *Discurso do Método*, Sexta Parte, VI, p. 67.

ordinariamente mornas e sérias, e somente as mediócras e passageiras são acompanhadas pelo riso”⁹.

⁹Carta a Elisabeth, 6 de outubro de 1645, IV, p. 305.